



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**ATA Nº 13**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26/06/2012**  
**(Contém folhas)**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereador:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 26/06/2012**

**ATA Nº 13**

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico do Gabinete de Apoio à Presidência.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 12 de Junho de 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

**1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES**

**1.1 - VOTO DE PESAR**

- José Augusto Veiga Nunes de Almeida

----- O Sr. Presidente comunicou ao restante Executivo, o falecimento do ex-Presidente da Câmara, José Augusto Veiga Nunes de Almeida, pelo que, propõe que fique exarado



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

em ata um Voto de Pesar em sua memória. -----

----- Considerando que foi um Homem que dedicou grande parte da sua vida ao serviço do concelho, servindo-o como autarca, como bombeiro voluntário e comandante da Corporação e como funcionário/ajudante da Conservatória do Registo Civil e Predial. Mas foi sobretudo como Presidente da Câmara, funções que desempenhou durante dezoito anos, que José Augusto Veiga Nunes de Almeida se tornou mais visível e maior destaque alcançou, com uma enorme entrega à causa pampilhosense. -----

----- A Câmara Municipal aprovou por unanimidade e deliberou manifestar à família profundo pesar pela sua perda. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **1.2 - Novo Mapa Judicial**

##### **- Tribunal da Comarca de Pampilhosa da Serra**

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo sobre o ponto de situação relativamente à questão do novo Mapa Judicial e a manutenção ou não do Tribunal de Pampilhosa da Serra. -----

----- Referiu que, dos contactos havidos e das diligências por si empreendidas no sentido de mantermos o Tribunal da Comarca de Pampilhosa da Serra, quer a nível pessoal em audiência conjunta com o Sr. Chefe de Gabinete da Senhora Ministra, quer através de ofício dirigido ao Sr. Primeiro Ministro, numa última versão do estudo a Pampilhosa da Serra surge como extensão de Coimbra, pelo que, em face disso, propôs que ficássemos ligados à Lousã, por ser mais acessível em termos de transportes e a sua proposta foi de imediato aceite. -----

----- Referiu que as extensões têm uma vantagem porque ficam ligadas on-line aos processos que estão a decorrer nas respetivas áreas e significa que qualquer documentação que até aqui tinha de se levar a Coimbra, poderá ser entregue na Pampilhosa, a partir do momento em que começar a funcionar a extensão. -----

----- A grande questão, para si, era os julgamentos continuarem a ser feitos na Pampilhosa e segundo a nova versão, no futuro, serão o juiz e os advogados das partes quem decide onde é feito o julgamento. -----

----- Mais informou que vai ser também criado um Conselho Consultivo de Comarca, no qual tem assento um representante dos municípios integrados na Comarca, onde serão analisadas as soluções concretas que deem resposta mais adequada às necessidades da população local. Por outro lado o Ministério prontificou-se a reunir com o Presidente



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

da Câmara da Pampilhosa da Serra quando os juízes presidentes forem nomeados, no sentido de os sensibilizar para que os julgamentos sejam todos feitos na extensão, no caso da Pampilhosa, devido às distâncias existentes. -----

----- Referiu que, em resumo, não sabe se esta solução vai ser implementada ou não e que ainda está convicto e esperançado de que nada do que está “em cima da mesa” vai concretizar-se, mas que de qualquer forma se isso não acontecer, pensa que o problema que mais nos afetava fica minimizado e continuaremos no fundo a ter um serviço adequado às nossas necessidades. -----

----- Apesar de tudo encerram-nos o Tribunal como Comarca e vamos ser solidários com os colegas dos municípios que ficam sem Tribunal e ficam sem resposta nos seus distritos. Em seu entender, a questão do Tribunal nos municípios é no fundo uma questão de defesa dos direitos das pessoas, do acesso à justiça e uma referência para cada município, pelo que desde logo considera que é um crime encerrar um Tribunal. -----

----- Face ao exposto e atendendo à solidariedade que devemos ter com aqueles municípios e também não ficando nós satisfeitos, apesar de tudo, com a solução que nos foi preconizada, irão associar-se à manifestação que vai haver em Lisboa, no dia 28, que se pretende pacífica, sem cartazes, apenas as bandeiras dos municípios e a bandeira de Portugal, e entregar ao Ministério da Justiça um documento elaborado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

----- Seguidamente, o Sr. Presidente informou o restante Executivo que, da reunião havida no Ministério da Justiça, com o Senhor Chefe de Gabinete da Senhora Ministra, foi presente um ofício do seguinte teor: -----

----- *“ Na sequência da reunião realizada neste Ministério em 15.06.2012, cumpro-me reiterar que será devidamente ponderado o informado por V.Exª, no sentido de se optar pela Instância Local da Lousã como instância de destino para o atual Tribunal de Pampilhosa da Serra. Tal decorre do referido por V.Exª quanto à existência de transportes públicos e à maior proximidade entre as localidades em causa. -----*

----- *De acordo com os elementos em análise, nada obsta a essa solução, que apenas não foi adotada no documento Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária nesta data divulgado por se ter entendido, na reunião havida em 4.04.2012, que V.Exª entendia ser mais adequada a solução de integração com Coimbra. -----*

----- *Mais se refere que se prevê, na nova organização judiciária, a manutenção de um Conselho de Comarca, em moldes equivalentes ao estabelecido na Lei nº 52/2008, de 28 de Agosto, no qual tem assento um representante dos municípios integrados na Comarca, onde seguramente serão analisadas as soluções concretas que deem resposta mais adequada às necessidades da população local.” -----*

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 1.3 - QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, que o QREN terminou e que está a ser feito um rateio por todas as Comunidades Intermunicipais. -----

----- Referiu que, como é do conhecimento do Executivo, havia a contratualização, que entregava a cada Comunidade Intermunicipal determinado montante para ser gerido e onde estavam já incluídos todos os projetos que iam absorver esses montantes. -----

----- No caso da Pampilhosa da Serra, tínhamos um milhão e oitocentos mil euros, que na altura e atendendo à execução que atingimos, foi possível transferir essa verba, na totalidade, para a obra da requalificação do Rio Unhais. -----

----- Informou que também já não há Bolsa de Mérito; que, entretanto a Câmara lançou para a contratualização duas estradas, na expectativa de conseguirmos ainda mais alguma verba e nesse âmbito poder financiar a estrada Amoreira / Padrões na totalidade, cerca de quatrocentos mil euros e ainda financiar a estrada do Alto de Vidual em cerca de 43%, que é um investimento de mais de dois milhões, mesmo no limite de dinheiro que a nossa Comunidade Intermunicipal tinha, o que quer dizer que a Câmara da Pampilhosa está na linha da frente em termos de acesso ao QREN. -----

----- Mais informou que a última reunião havida com o Sr. Presidente da CCDRC, a Profª Ana Abrunhosa e a Drª Isabel Damasceno sobre questões do Mais Centro, foi no sentido de *"deixar cair todas as obras aprovadas que não tivessem execução,"* isto é, se tivéssemos uma obra aprovada para ser financiada mas se ela não tivesse sido iniciada e não tivesse execução, seria excluída, sendo suposto que a verba é transferida para o "bolo" que o Governo está a tentar criar para dinamizar o projeto do emprego jovem e de apoio às empresas. Contudo, o Sr. Presidente da CCDRC refere que esse montante deverá ficar na zona centro. -----

----- O Sr. Presidente informou também que houve uma reunião com as Comunidades Intermunicipais da nossa região e tivemos conhecimento que a nossa estrada do Alto do Vidual foi beneficiada com mais um milhão de euros de financiamento, aumentando de 40% para 85% o valor do financiamento o que constitui uma boa notícia. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### 1.3 - Intervenção no Rio Unhais - Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra

----- Na sequência da informação prestada ao restante Executivo na reunião de Câmara antecedente, o Sr. Presidente comunicou que a intervenção no Rio Unhais terminou, com a colocação de uma comporta e que na próxima sexta-feira, dia 29 de Junho do corrente ano, se procederá ao enchimento do leito da piscina fluvial. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **1.4 - Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP** **- XX Congresso (extraordinário)**

----- Foi presente a Circular nº 86/2012 da ANMP, a comunicar que vai realizar-se um Congresso extraordinário da ANMP, no dia 29 de setembro de 2012, em Santarém, e que nos termos do nº 2 do artigo 6º dos Estatutos da ANMP compõem o Congresso Nacional, três Delegados de cada Município associado, assim discriminados: o Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto (um vereador); o Presidente da Assembleia Municipal ou seu substituto (também membro da Assembleia Municipal); um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto (também Presidente de Junta de Freguesia e ambos eleitos em Assembleia Municipal). Mais informam que todos a documentação inerente ao processo será oportunamente enviada. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **1.5 - Informação do Senhor Vereador Luís Gonçalves**

----- O Sr. Vereador Luís Gonçalves informou o restante Executivo, que constatou que as bermas das entradas da Vila da Pampilhosa se encontram repletas de mimosas e ervas, pelo que chama a atenção para a necessidade de se proceder à sua limpeza, no sentido de preservar aquelas zonas e embelezá-las tanto quanto possível, pois são as "portas de entrada" da Vila. -----

----- O Sr. Presidente concordou e tomou a devida nota. -----

## **2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

### **2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

#### **2.1.1 - Grupo de Melhoramentos de Covões** **- Pedido de apoio**

----- Foi presente uma carta do Grupo de Melhoramentos de Covões, datada de 19 de junho do corrente ano, a comunicar que pretendem levar a efeito algumas obras de beneficiação no edifício denominado Casa da Aldeia dos Covões, por forma a torná-lo mais operacional e confortável para os fins a que se destina. -----

----- Pelo exposto, solicitam à Autarquia o apoio que for possível, para poderem levar



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

por diante as referidas obras, com as quais beneficiarão a casa de convívio da localidade.

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade conceder um subsídio no valor de 3.000,00 €, mediante Protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.2 - Junta de Freguesia de Vidual**

**- Recuperação de edifício a oferecer perigo público**

**- Pedido de apoio**

----- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Vidual, do seguinte teor: -----

----- *"A Junta de Freguesia de Vidual, proprietária de uma casa de habitação sita em Vidual de Cima, cedida gratuitamente à Junta pelo Sr. Américo Barata, e encontrando-se esta a oferecer perigo público, necessitando urgentemente de intervenção ao nível de paredes e cobertura e, como V.Exª sabe, esta autarquia não dispõe de orçamento para tais obras. -----*

----- *Assim sendo, e como V.Exª nos habituou com a sua sempre prontidão a acolher as nossas necessidades, tomamos a iniciativa de pedir orçamentos, discuti-los e aceitar o orçamento da firma Paulo & Alberto Barata como sendo o que nos pareceu reunir melhores condições e que anexamos (...)"*.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade conceder um subsídio no valor de 20.000,00 €, mediante protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

## **2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS**

#### **2.2.1 - Pampimel - Cooperativa dos Apicultores e Produtores de Medronho de Pampilhosa da Serra**

**- Pedido de renovação de contrato de cedência do uso e fruição de fração do Centro Comercial de Pampilhosa da Serra**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma carta da Pampimel - Cooperativa dos Apicultores e Produtores de Medronho de Pampilhosa da Serra, a solicitar a renovação do Contrato de cedência do uso e fruição da fração do Centro Comercial de Pampilhosa da Serra, onde exerce a sua atividade. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar a renovação do Contrato, pelo período de um ano. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

#### 2.2.2 - Minuta do Contrato de Cessão de Exploração

- Café/Bar denominado "Bar da Cal" - localizado junto da albufeira da barragem de Stª Luzia

----- Foi presente a minuta do Contrato de Cessão de Exploração do Café/Bar denominado "Bar da Cal", localizado junto da albufeira da barragem de Stª Luzia, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e Paula Cristina da Costa Fonseca Santos, residente no Lugar do Torrão, na freguesia de Pomares, concelho de Arganil. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da minuta do Contrato em apreço e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

### 2.3 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

#### 2.3.1 - Acústica Médica - rastreio auditivo gratuito

- Pedido de autorização ocupação de via pública

----- Foi presente uma informação da Secção Administrativa, do seguinte teor: -----

----- " No seguimento do mail da firma "Acústica Médica" datado de 14/06/2012, reg. 2640, cabe-me informar V.Exª que de acordo com o regulamento geral de taxas municipais do Município de Pampilhosa da Serra, esta não poderá ser isenta de taxas de ocupação da via pública com uma unidade móvel. Contudo, a firma propõe-se prestar cuidados básicos de saúde (teste de audição) gratuitamente na área do concelho e uma vez que a população do concelho é envelhecida e estes





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*casos são de maior presença nestes escalões etários, assim entendem estes serviços haver interesse público municipal, pelo que poderá o Licenciamento de Ocupação de Via Pública ser isento, de acordo com a alínea a) do n.º 3 do art.º 8º do regulamento acima citado. À consideração superior.” --*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

#### 2.3.2 - Cobrança e faturação de água

----- Foi presente uma informação da Secção Administrativa, do seguinte teor: -----

----- “ Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar que em virtude de no mês de agosto ser necessário proceder a uma reformulação dos serviços, que é coincidente com o período de férias dos cobradores, entende-se, e de modo a suprir quaisquer transtornos com a acumulação de faturação, que a cobrança de agosto seja efetuada da seguinte forma: -----

----- - os recibos a serem cobrados por SDD (Sistema de Débitos Diretos) serão cobrados dentro dos períodos normais de cobrança; -----

----- - os recibos normalmente cobrados pelos funcionários do Município aquando da efetuação das leituras, serão postos a cobrança nos PONTOS + correspondentes a cada freguesia, até ao dia 30 de Agosto no 2º Turno e até ao dia 15 de Setembro no 1º Turno, sendo que o pagamento destes recibos poderá ser também solicitado junto dos serviços de águas deste Município. -----

----- - o período de cobrança será prolongado de 1 a 30 de Setembro no 2º Turno e de 15 de Setembro a 15 de Outubro no 1º Turno, sendo que os recibos remanescentes serão cobrados pelos cobradores junto com os recibos da cobrança de setembro.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

### 3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

#### 3.1 - GABINETE FLORESTAL



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 3.1.1 - Regularização de Pagamento - Sr. Joaquim Luís Gavinhos

----- Foi presente a Informação nº 9/2012 do Gabinete Florestal, do seguinte teor: -----  
----- " No âmbito da primeira intervenção, apoio ao combate e rescaldo, a Freguesia de Unhais-o-Velho enviou um recibo no montante de 504,62 € (quinhentos e quatro Euros e sessenta e dois cêntimos), relativo ao pagamento do mês de Junho de 2011 ao senhor Joaquim Luís Gavinhos. -----  
----- Esta situação deve-se ao facto do projeto ao Centro de Emprego ter sido aprovado no fim de Junho e o contrato do senhor Joaquim Luís Gavinhos com o Município, projeto nº 008/CEI+/11, teve início a 1 de Julho de 2011. -----  
----- De relembrar que a época de vigia 2011 começou a 15 de Junho de 2011. -----  
----- No sentido de regularizar a situação com a Freguesia de Unhais-o-Velho, junto anexo o recibo. À consideração superior." -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Junta de Freguesia de Unhais-o-Velho o montante de 504,62 €, mediante Protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

#### 4 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

##### 4.1 - OBRAS PÚBLICAS

##### 4.1.1 - Apresentação de garantia bancária

- Empreitada: Obras de Urbanização\_Lote 8E\_Qt. De S. Martinho
- Adjudicatário: Calado & Duarte, Lda

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----  
----- " Para efeitos do disposto no artigo 88º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro, a empresa Calado & Duarte, Lda não tinha apresentado caução aquando da celebração do contrato, já que o valor deste é inferior a 200.000,00 €. -----  
----- Até à presente data ainda não foi efetuado nenhum auto de medição e consequentemente nenhum pagamento. -----  
----- Em 22/06/2012 a firma em epígrafe apresentou a garantia bancária nºN00376599, no valor



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

de 14.953,85 € (catorze mil novecentos e cinquenta e três euros e oitenta e cinco centavos), emitida em 30/05/2012 pelo Banco Espírito Santo, S.A., correspondente a 10% do valor total da adjudicação. -----

----- Assim, a citada firma vem solicitar a aceitação da citada garantia bancária, prestado a título de caução nos termos do disposto no artigo 88º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 28/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro. -----

----- Atendendo a que a garantia agora apresentada em nada diminui as obrigações da adjudicatária nem as garantias para com o Município, entendem os serviços técnicos de obras desta Autarquia que poderá ser aceite. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.2 - Receção definitiva e libertação de caucões**

- **Empreitada: Requalificação do Largo da Igreja e Área de Lazer - Parque de Merendas de Janeiro de Baixo**
- **Adjudicatário: Henrique Piedade de Matos, S.A.**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Em 04/11/2011 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Importa referir que a Senhora Drª Paula Maria Ramos Peres Fernandes, Administradora da Insolvência do Processo nº 730/08.9TBLA, convocada, através do ofício nº 06438, datado de 19/10/2011, a estar presente na referida vistoria, não compareceu nem se fez representar, conforme foi mencionado em relatório de receção definitiva que se anexa. -----

----- Conforme consta do referido relatório e do auto de vistoria anexos, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Junto com o ofício nº 06746, datado de 04/11/2011, foram enviados, para conhecimento, à Senhora Drª. Paula Maria Ramos Peres Fernandes, dois exemplares do auto de receção definitiva e uma cópia do relatório de receção definitiva, tendo sido solicitada a devolução de um exemplar do referido auto, devidamente assinado e carimbado. -----

----- Não tendo sido dado cumprimento ao solicitado, nem o mesmo justificado em resposta ao citado ofício, foi em 21/03/2012, através do ofício nº 1675, novamente solicitado à Senhora Drª. Paula Maria Ramos Peres Fernandes, a devolução de um exemplar do referido auto, devidamente



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*assinado e carimbado, sob pena de não fazendo a receção definitiva poder ser considerada como aceite.* -----

----- *Como até à presente data, não foi dado cumprimento ao solicitado, nem o mesmo justificado, entende-se, tal como foi comunicado, poder considerar como aceite a receção definitiva a presente empreitada.*-----

----- *Para cumprimento do contrato inicial e para reforço de garantia foi prestada a garantia nº 2005.00494 emitida pela Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., no valor de 7.301, 29 €. ---*

----- *Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias, podendo ser homologado o auto de receção anexo e libertada a garantia prestada. À consideração superior."*-----

----- *Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.*-----

----- *Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.*-----

#### **4.1.3 – Receção definitiva e libertação de caução**

**- Empreitada: Conceção/Execução de um Pavilhão Industrial para a Zona Industrial de Pampilhosa da Serra**

**- Adjudicatário: Argoconstrutora, Construção Civil, Lda**

----- *Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---*

----- *" Em 20/06/2012 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe.*-----

----- *Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente.*-----

----- *Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertadas as garantias bancárias existentes. À consideração superior."*-----

----- *Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.*-----

----- *Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.*-----



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **5 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA**

##### **5.1 - EDUCAÇÃO**

##### **5.1.1 - Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2012/2013**

----- Foi presente o Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2012/2013, tendo o Sr. Presidente referido que o mesmo abrange 18 circuitos. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos circuitos e, após análise do Plano, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### **5.1.2 - Programa "Na Escola com a Sacola"**

##### **- Atribuição de Manuais Escolares - Ano Letivo 2012/2013**

----- À semelhança de anos transatos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade dar continuidade ao Programa "Na Escola com a Sacola", atribuição a todos os alunos inscritos no Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, dos manuais escolares, para o ano letivo 2012/2013. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **OUTROS ASSUNTOS**

#### **REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

**Pronúncia sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias. (Lei nº 22/2012), de 30 de maio - Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica)**

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi dito o seguinte: -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Com a reorganização Administrativa Territorial Autárquica em curso e por força da Lei nº 22/2012 de 30 de maio, cumpre aos Municípios pronunciarem-se sobre a mesma nos seus territórios. -----

----- Atento à importância desta matéria no futuro do território concelhio, o Município de Pampilhosa da Serra cedo iniciou um processo de auscultação participada, promovendo reuniões locais e propondo a criação de duas Comissões, que abrangessem o extenso território, para análise, discussão e apresentação de uma proposta para redefinição de um novo mapa autárquico concelhio. -----

----- Assim foram criadas a Comissão de Estudo e Acompanhamento da Reforma Administrativa Norte e a Comissão de Estudo e Acompanhamento da Reforma Administrativa Sul, cuja proposta se centrou na redução de 10 para 8 Freguesias, baseada na matriz do Documento Verde da Reforma da Administração Local e nas especificidades do território. -----

----- Esta proposta foi colocada à votação das Assembleias de Freguesia a agregar, que a aprovaram favoravelmente. Verificado o consenso das respetivas freguesias, a mesma proposta foi à Reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal, onde obteve também aprovação por unanimidade. -----

----- Expressa a concordância geral, a proposta foi enviada em 29 de Novembro de 2011 à Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, sob a forma de "Contributo para o Novo Mapa Autárquico do Município de Pampilhosa da Serra". -----

----- Tempo volvido, somos de novo chamados a pronunciar-nos sobre esta Reforma, mantendo a proposta de redução de 2 freguesias, através da fundamentação apresentada nas páginas do presente documento e que tem por base a caracterização territorial e a história administrativa de cada freguesia. -----

----- O documento refere também o Documento Verde da Reforma da Administração Local e a Proposta para o Novo Mapa Autárquico do Município de Pampilhosa da Serra; A Matriz do Documento Verde; Análise Geodemográfica das Freguesias; A Discussão Pública da Proposta e a Proposta Apresentada. -----

----- A Reorganização Administrativa Territorial Autárquica - Lei 22/2012 de 30 de maio; -----

----- A presente Lei veio estabelecer os objetivos, os princípios e os parâmetros da reorganização administrativa autárquica e definir e enquadrar os termos das autarquias locais na concretização deste processo, bem como consagrar a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias e regular e incentivar a reorganização administrativa do território dos municípios. -----

----- Dos cálculos efetuados e sem atender a especificidades e fundamentações, o número global de freguesias a manter é fixado em 8, o que na verdade está em



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

consonância com a proposta apresentada pelo Município aquando do Documento Verde da Reforma da Administração Local. -----

----- Sem prejuízo das considerações e fundamentações apresentadas, e que se mantêm, acresce referir que o consenso gerado desde o início do processo entre todos os órgãos autárquicos envolvidos e comissões criadas, contribuiu para a celeridade de apresentação de uma solução que, na nossa opinião, foi ao encontro do pretendido pelo Governo e que entendemos justa e adequada ao território concelhio. -----

----- **Pronúncia:** -----

----- Aplicados os parâmetros de agregação a redução é de 2 freguesias no Município de Pampilhosa da Serra, sendo este resultado equivalente ao preconizado pela Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e pelas Comissões para o Estudo e Acompanhamento da Reforma Administrativa do Concelho de Pampilhosa da Serra. -----

#### Freguesias Atuais:

Freguesias atuais		Estado
1	Cabril	Mantém
2	Dornelas do Zêzere	Mantém
3	Fajão	Agrega
4	Janeiro de Baixo	Mantém
5	Machio	Agrega
6	Pampilhosa da Serra	Mantém
7	Pessegueiro	Mantém
8	Portela do Fojo	Agrega
9	Unhais-o-Velho	Mantém
10	Vidual	Agrega

#### Novas Freguesias:

Novas Freguesias	
1	Cabril
2	Dornelas do Zêzere
3	Fajão - Vidual
4	Janeiro de Baixo
5	Pampilhosa da Serra



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

6	Pessegueiro
7	Portela do Fojo - Machio
8	Unhais-o-Velho

Em sede de pronúncia, cabe ainda propor a definição da localização da sede das novas freguesias e dos critérios subjacentes, que sistematizamos no quadro seguinte:

#### Localização das Novas Sedes de Freguesia:

Nova Freguesia	Sede de Freguesia Proposta	Crítérios
Freguesia de Fajão-Vidual	Fajão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a área territorial de Fajão é maior que a de Vidual (cerca de 5 vezes maior);</li> <li>- Fajão tem mais população que Vidual;</li> <li>- a atual Junta de Freguesia de Fajão tem uma estrutura administrativa e de pessoal muito alicerçada, contando com um maior número de serviços</li> </ul>
Freguesia de Portela do Fojo-Machio	Portela do Fojo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a área territorial de Portela do Fojo é maior que a de Machio (cerca de 3 vezes maior);</li> <li>- Portela do Fojo tem 4 vezes mais população que o Machio;</li> <li>- Portela do Fojo tem um maior número de espaços e equipamentos coletivos, um maior índice de atividades económicas e serviços de apoio social.</li> </ul>





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

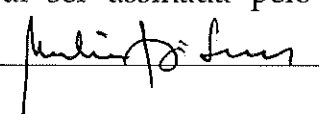
### CÂMARA MUNICIPAL

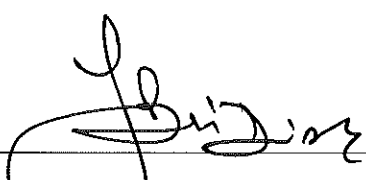
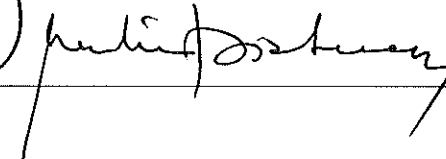
----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal do dia 30 de junho do corrente ano. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

### ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim,

 \_\_\_\_\_, que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_